

30/11/2010

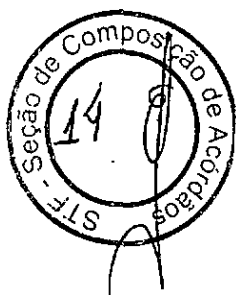
SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 103.510 PARANÁ

RELATORA	:	MIN. ELLEN GRACIE
PACTE.(S)	:	JOACYR REINALDO
IMPTE.(S)	:	RENATO DE MORAES E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	:	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA. JUÍZO PREVENTO. EXISTÊNCIA DE CONEXÃO. APLICAÇÃO DO ART. 72 DO CPP. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ORDEM DENEGADA.

1. A questão discutida nos autos do presente *habeas corpus* diz respeito à competência por prevenção do Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR para o julgamento de ação penal proposta contra o paciente.
2. A competência para julgamento das ações penais referentes ao “Caso Banestado” foi fixada no Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR, especializada em crimes financeiros. Por esse motivo, a ação penal contra o paciente foi distribuída por dependência àquele Juízo.
3. Percebe-se dos autos a existência de conexão entre as condutas imputadas ao paciente e os crimes investigados nos inquéritos policiais e ações penais instaurados em decorrência do “Caso Banestado”.
4. Por ocasião do oferecimento da denúncia contra o paciente, o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção de Curitiba – PR já estava preventivo para as causas referentes ao “Caso Banestado”. Com efeito, correta a distribuição por prevenção para aquele Juízo.
5. A prevenção não é mero critério para decidir um conflito positivo entre dois juízos igualmente competentes. Ela também possui a função de impedir que se demore na propositura da ação penal, sob o pretexto de não se saber qual o juízo competente.
6. Quando já existente um Juízo preventivo, não se aplica a regra do art. 72 do Código de Processo Penal.
7. No presente *writ*, a impetração não alega ou comprova, em nenhum momento, a ocorrência de algum prejuízo causado ao paciente em decorrência da fixação da competência do Juízo Federal de Curitiba.



HC 103.510 / PR

8. A alegação de nulidade, relativa ou absoluta, deve ser acompanhada da demonstração de prejuízo, o que não ocorreu na espécie. Precedentes.

9. *Writ* denegado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, indeferir a ordem e julgar prejudicado o pedido de extensão, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 30 de novembro de 2010.



Ellen Gracie - Relatora

30/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 103.510 PARANÁ

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
PACTE.(S)	: JOACYR REINALDO
IMPTE.(S)	: RENATO DE MORAES E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOACYR REINALDO contra julgamento colegiado da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça que denegou o HC 50.844/PR.

2. No caso sob análise, o paciente, juntamente com outros três indivíduos, foi denunciado pelo Ministério Público Federal no Estado do Paraná pela suposta prática das condutas criminosas descritas nos artigos 4º, 16 e 22, parágrafo único, combinado com o artigo 1º, parágrafo único, incisos I e II, todos da Lei 7.492/86 (crimes contra o Sistema Financeiro Nacional); artigo 1º, incisos VI e VII, combinado com o § 1º, incisos I e II, § 2º, incisos I e II, e § 4º do mesmo artigo 1º, todos da Lei 9.613/98 (Lavagem de dinheiro); e artigo 288 do Código Penal.

Conforme se extrai da inicial acusatória, os fatos nela narrados foram apurados em diligências realizadas pela Força-Tarefa CC-5, nas cidades de Nova Iorque/NY e Newark/NJ, para aprofundar investigações acerca das atividades de correntistas e ex-correntistas da extinta agência do Banestado em Nova Iorque.

A vestibular acusatória foi distribuída por dependência ao Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR, recebendo o número 2005.70.00.008925-4.

O magistrado do feito rejeitou a arguição de incompetência realizada pela defesa do paciente.

HC 103.510 / PR

Da rejeição da exceção de incompetência, a defesa impetrou *habeas corpus* ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que denegou a ordem.

No Superior Tribunal de Justiça, a Corte denegou o HC 50.844/PR, ajuizado contra a decisão da Corte regional. Daí o presente *habeas corpus*.

3. Neste *writ*, os impetrantes reiteram sua contrariedade com a distribuição por dependência do feito ao Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR. Alegam, em síntese, que os fatos imputados ao paciente não possuem qualquer liame com o “Caso Banestado”; que as pessoas físicas e jurídicas possuem, respectivamente, domicílio e sede no Estado de São Paulo; e que inexistente qualquer tipo de conexão capaz de justificar o deslocamento da competência ao Juízo do Paraná. Desse modo, assevera que deve ser aplicado ao caso o art. 72 do Código de Processo Penal.

Argumentam que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado pela 1ª Turma desta Corte no HC 90236/PR.

Assim, requerem a concessão do presente *habeas corpus* para o fim de se fixar a competência da Subseção da Justiça Federal em São Paulo – SP, para processar e julgar a ação penal 2005.70.00.008925-4.

Por fim, requerem, caso deferido o pedido, a extensão dos efeitos ao co-réu Fernando Janine Ribeiro.

4. Há requerimento de sustentação oral.

5. O pedido de medida liminar foi indeferido às fls. 309-311.

6. A Procuradoria-Geral da República exarou parecer pela denegação da ordem (fls. 314-319).

É o relatório.



HC 103.510 / PR

VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora): 1. A questão discutida nos autos do presente *habeas corpus* diz respeito à competência por prevenção do Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR para o julgamento da ação penal 2005.70.00.008925-4, proposta contra o paciente.

2. Os impetrantes alegam que os fatos imputados ao paciente não possuem liame com o “Caso Banestado”.

Compulsando os autos, observa-se da peça acusatória que, durante as diligências realizadas pela Força-Tarefa CC-5, foram descobertas cerca de trinta e nove contas no Merchants Bank of New York com movimentação financeira suspeita, todas de brasileiros. Entre tais contas estava a conta *Chettiar*, aberta pelo ora paciente e por Fernando Janine Ribeiro, co-réu na mesma ação penal.

A mencionada Força-Tarefa CC-5, conforme relatado, foi criada com o intuito de aprofundar as investigações acerca das atividades de correntistas e ex-correntistas da extinta agência do Banestado em Nova Iorque.

A competência para julgamento das ações penais referentes ao “Caso Banestado” foi fixada no Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR, especializada em crimes financeiros. Por esse motivo, a ação penal 2005.70.00.008925-4 foi distribuída por dependência àquele Juízo.

3. Na inicial acusatória, o Ministério Público Federal asseverou: “*Dois dos denunciados foram indiciados pela CPMI DO BANESTADO pela utilização da conta CHETTIAR, na condição de procuradores da CHETTIAR BUSINESS INC.*” (fl. 153).

4. Posteriormente, ao impugnar a exceção de incompetência oposta pela defesa, o *Parquet* expôs as conexões entre os fatos imputados ao paciente e o “Caso Banestado” (fls. 114-115):

HC 103.510 / PR

“Ocorre porém que o presente processo trata de hipótese peculiar. Conforme devidamente demonstrado na denúncia, a conta CHETIAR movimentou, de 10 de dezembro de 2001 a 3 de janeiro de 2003, a quantia de US\$ 22.751.021,64 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, vinte e um dólares e sessenta e quatro centavos), valor este oriundo ou destinado a outras contas investigadas por esse Juízo, conexas ao caso Banestado.

Neste sentido, cite-se que a conta CHETTIAR recebeu, por exemplo, um crédito em 3 de agosto de 2002 no valor de US\$ 100.000,00 da conta BANCO AMAMBAY. Os diretores do Banco Amambay, com sede no Paraguai, estão sendo processados perante esta 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba, nos autos da ação penal n. 2004.70.00.016320-6, em virtude da evasão de divisas através de carros-fortes.

Da mesma forma, a conta CHETTIAR efetuou várias transações com a conta BRAZA, também no Merchants Bank, de titularidade de ELIOTT MAURICE ESKINAZI, RENATO BENTO MAUDONET JUNIOR, DANY LEDERMAN e HÉLIO RENATO LANIADO. Hélio Renato Laniado foi denunciado perante o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba, por crimes contra o SFN, em razão da movimentação de US\$ 698.959.980,02, na conta n. 588-1, em nome da offshore Watson, no Banco Banestado/NY (ação n. 2003.70.00.051547-7). Além disso, Hélio Renato Laniado e outros quatro indivíduos foram denunciados (ação n. 2004.70.00.025085-1), pela evasão de divisas através da conta citada e também da conta BEST, ambas no Merchants Bank of New York.

Ainda, a conta CHETIAR efetuou transações de crédito e débito com a empresa LESPAN S.A., que mantém conta junto ao First Union of New York. A LESPAN pertence à CÂMBIO GALES, casa cambiária de Montevideu, paraíso fiscal no

HC 103.510 / PR

cone Sul, e tem como correspondentes a TUPI CÂMBIOS, no Paraguai, e a ALHEC TOURS na Argentina. A TUPI está envolvida no esquema Banestado (Autos nº 2003.70.00.029533-2), ao passo que a ALHEC pertence a KRESIMIR JUAN BIELIC, sócio do réu ANTÔNIO PIRES DE ALMEIDA na sub-conta TADELAND, mantida aos cuidados da FOREX, no banco EAB, em Nova Iorque (Ação Penal n. 2004.70.00.023171-6).

As contas supramencionadas são apenas alguns exemplos de contas que remeteram valores para a conta CHETIAR, ou desta receberam vultosas quantias, e cujos controladores são 'doleiros' brasileiros que promoveram a lavagem do dinheiro que transitou por contas CC-5 e da Beacon Hill Service Corp".

E conclui (fl. 116):

"Assim, resta evidente que os recursos depositados na conta CHETIAR, controlada pelo excipiente, são originários, direta ou indiretamente, de contas CC-5 mantidas em Foz do Iguaçu, portanto, no Paraná, de modo que, pela aplica  o da regra assente no artigo 71 do Código de Processo Penal    o Juízo da Circunscri  o Judiciária de Curitiba, que conta com Vara especializada na apura  o de crimes contra o sistema financeiro, o competente para processamento do feito.

A fixa  o da competência pelo domicílio dos réus   , portanto, regra supletiva que não se aplica na hipótese".

Na mesma oportunidade, o representante do Ministério Público Federal esclarece que os fatos imputados ao paciente não ocorreram do mesmo modo que os eventos tratados na a  o penal 2004.70.00.021771-9, que teve a competência para o julgamento declinada do Juízo Federal de Curitiba para o de São Paulo (fl. 114):

HC 103.510 / PR

“Primeiramente, nos Autos nº 2004.70.00.021771-9, o Ministério Público Federal somente manifestou a pretensão de declinar de sua competência em favor do Juízo da Circunscrição Judiciária de São Paulo, por inexistirem, naquele caso específico, elementos que demonstrassem a conexão entre a conduta delituosa perpetrada pelo excipiente e demais denunciados através de sub-conta da Beacon Hill e o caso Banestado”.

5. O magistrado do feito, ao julgar a exceção de incompetência, anotou o seguinte (fl. 122):

“12. Quer isso ocorra ou não, o que importa para a definição da competência são os termos da acusação e esta como visto relaciona a movimentação das contas mantidas pelos excipientes no exterior com a evasão de divisas fraudulentamente ocorrida em Foz do Iguaçu.

13. Por certo, não seria admissível acusação da espécie sem base fática.

14. Não obstante, em seu favor, encontra-se o fato de que o MPF aponta pelo menos um depósito na conta Chettiar proveniente de empresa que mantinha conta CC-5 em Foz do Iguaçu (fl. 13 da denúncia), o que leva à natural suposição de vinculação entre as duas atividades.

15. Além disso, como já foi dito, as autoridades brasileiras chegaram às contas do Merchants Bank através de rastreamento de recursos evadidos por Foz do Iguaçu, o que foi feito no inquérito nº 2003.7000030333-4.

16. Houve a partir da prova produzida neste inquérito apenas um desmembramento dos inquéritos e ações penais com base no artigo 80 do CPP e para evitar a inviabilização dos processos diante do gigantismo dos fatos e do número expressivo de envolvidos.

HC 103.510 / PR

17. Assim, a competência deste Juízo em relação a presente ação penal pode ser justificada também com base na conexão com o aludido inquérito originário e todos os inquéritos e ações penais dele desmembrado e que envolvem várias instituições financeiras e pessoas associadas para a prática de uma mesma atividade complexa e aparentemente ilícita, de evasão de divisas e prática de operações de câmbio no sistema paralelo”.

6. Por fim, o magistrado, ao resolver a preliminar de incompetência na sentença condenatória, assentou o seguinte (fls. 325-326):

“17. É oportuno destacar que, concluída a instrução, os fatos relatados a seguir, especialmente nos itens 117-123, adiante, confirmam categoricamente a conexão da presente ação penal com outras em trâmite perante este Juízo e, portanto, a competência deste para julgamento da presente causa.

18. Ora, se a ligação entre crime de lavagem e crime antecedente não configura conexão probatória do artigo 76, III, do CPP, então, com todo respeito ao entendimento contrário, não se compreende o que poderia configurá-la?

19. Ainda a ilustrar a evidente conexão, as provas têm origem comum, compartilhamento de quebra de sigilo de contas mantidas no Merchants Bank no exterior, várias provas são comuns a vários processos, e ainda foi realizada audiência conjunta de vários processos para a oitiva de testemunhas de acusação (fls. 252-258 e 295-385).

20. De todo modo, tendo a matéria sido resolvida no julgamento dos aludidos habeas corpus impetrados em relação a este caso concreto, não cabe aqui revisitá-la.

21. Portanto, pela conexão com as várias outras ações penais em trâmite nesta Vara e

HC 103.510 / PR

que têm por objeto contas controladas por doleiros brasileiros e mantidas no Merchants Bank de Nova York, cf. já reconhecido neste caso pelo Superior Tribunal de Justiça, a competência é deste Juízo.

22. Há ainda conexão desta ação penal com a ação penal 2004.7000021771-9 proposta contra os mesmos acusados, mas tendo por objeto crimes semelhantes que teriam sido praticados através da movimentação de outras contas no exterior (fls. 03-49 do apenso XVII). Tal ação foi proposta em 12/2008 e recentemente emendada. Apesar da conexão, não há condições, como requerido pela Defesa, de reunir os dois feitos para julgamento conjunto, considerando que se encontram em fases bem distintas. Não é razoável, por outro lado, paralisar este feito, esperando o trâmite daquele”.

Das passagens transcritas, percebe-se a existência de conexão entre as condutas imputadas ao paciente e os crimes investigados nos inquéritos policiais e ações penais instaurados em decorrência do “Caso Banestado”, e o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR já se encontrava prevento.

7. No caso sob análise não deve ser aplicado, como pretende a impetração, o precedente da 1ª Turma desta Corte, contido no HC 90.236/PR. Naquele julgado, o relator, Ministro Marco Aurélio, anotou o seguinte:

“O que se nota é a inexistência de dados concretos, na denúncia, a remeterem à espécie de definição da competência que é a conexão probatória. No acórdão prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça, também não constam elementos que conduzam a conceber prevento, pela conexão, o Juízo Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba. Do mesmo modo, nada, na manifestação da Procuradoria Geral da República, leva a entender-

HC 103.510 / PR

se como configurada a conexão. No item 8, cita-se operação complexa englobando ampla investigação de doleiros, casas de câmbio e outras instituições financeiras ligadas ao chamado caso Banestado, aludindo-se à existência da conexão probatória entre os processos envolvidos sob tal ângulo. Ocorre que laudo da Polícia Federal anexado ao processo – folha 96 a 99 – revela justamente o contrário, em resposta ao quesito 1: 'Não foram identificadas transações da conta examinada com contas mantidas no Banestado – Nova Iorque'. Em síntese, os pacientes, domiciliados em São Paulo e, ao que tudo indica, lá mantendo atividade econômica, estão até aqui compelidos a defenderem-se no Paraná”.

Portanto, no precedente referido não se verificou conexão com o “Caso Banestado”, o que não ocorre no presente *writ*.

8. Os impetrantes argumentam que nos laudos periciais, realizados pelo Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, não foram identificadas transações da conta examinada com contas mantidas na agência do Banestado em Nova Iorque, o que descaracterizaria qualquer conexão entre os fatos imputados ao paciente e o “Caso Banestado”.

Acontece que, analisando atentamente as cópias dos laudos periciais encartados aos autos, verifiquei que restou comprovado que o ora paciente – Joacyr Reinaldo – e o co-réu Fernando Janine Ribeiro são os representantes-procuradores da conta da Chettiar Business, mantida no Merchants Bank (fl.82).

Da conta da Chettiar Business foram identificadas remessas que totalizaram US\$ 100.000,00 (cem mil dólares americanos) ao Banco Amambay (fl. 75) e várias outras remessas entre contas da Lespan S.A., que totalizaram US\$ 2.800.197,00 (dois milhões, oitocentos mil, cento e noventa e sete dólares americanos) (fl. 86). Todas essas transações foram alvo de investigações no “Caso Banestado”.

HC 103.510 / PR

9. Por ocasião do oferecimento da denúncia contra o paciente, que resultou na ação penal 2005.70.00.008925-4, o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção de Curitiba – PR já estava prevento para as causas referentes ao “Caso Banestado”. Com efeito, correta a distribuição por prevenção para aquele Juízo.

10. Conforme se extrai do art. 69 do Código de Processo Penal, a prevenção é um dos critérios para a determinação da competência jurisdicional.

Por sua vez, o art. 83 do mesmo caderno processual assim dispõe:

“Art. 83. Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa”.

A prevenção não é mero critério para decidir um conflito positivo entre dois juízos igualmente competentes. Ela também possui a função de impedir que se demore na propositura da ação penal, sob o pretexto de não se saber qual o juízo competente.

11. Os impetrantes pretendem a aplicação ao caso concreto da regra do art. 72 do Código de Processo Penal, o qual determina que, “*não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu*”.

Entendo, entretanto, não ser o caso de aplicação do dispositivo mencionado. Fixada a competência do Juízo Federal de Curitiba pelo critério da prevenção, ela não deve ser atribuída ao foro do domicílio ou residência do réu. Portanto, quando já existente um Juízo prevento, não se aplica a regra do art. 72 do Código de Processo Penal.

HC 103.510 / PR

12. Por oportuno, trago o teor da Súmula 706 da jurisprudência consolidada desta Suprema Corte: *"É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção"*.

Destaco que na espécie já houve prolação de sentença condenatória, encontrando-se pendente de julgamento o recurso de apelação da defesa. E, no presente *writ*, a impetração não alega ou comprova, em nenhum momento, a ocorrência de algum prejuízo causado ao paciente em decorrência da fixação da competência do Juízo Federal de Curitiba.

Portanto, os impetrantes apenas insurgem-se contra supostas violações à regras do Código de Processo Penal que tratam de critérios de fixação de competência jurisdicional relativa.

Na esteira da jurisprudência desta Corte: *"A alegação de nulidade, relativa ou absoluta, deve ser acompanhada da demonstração de prejuízo, o que não ocorreu na espécie"* (HC 86.166/CE, rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, DJ 17.02.2006).

13. Ante o exposto, **denego** o presente *habeas corpus*, ficando prejudicado o pedido de extensão.

É como voto.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA**HABEAS CORPUS 103.510**

PROCED. : PARANÁ

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

PACTE.(S) : JOACYR REINALDO

IMPTE.(S) : RENATO DE MORAES E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Indeferida a ordem e julgado prejudicado o pedido de extensão, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime. Falou, pelo paciente, o Dr. Renato de Moraes e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Ayres Britto. **2ª Turma**, 30.11.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador